



ANEXO IX – CADERNO DE ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA

CONTRATO DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA NÚMERO 336039.541338.09, PARA A CONSTRUÇÃO E GESTÃO DE COMPLEXO PENAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE, CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE MINAS GERAIS, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL DE MINAS GERAIS E O CONSÓRCIO GESTORES PRISIONAIS ASSOCIADOS - GPA



ANEXO IX – CADERNO DE ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA (CEC)

1. Aspectos Gerais

O objetivo deste CADERNO DE ENCARGOS é descrever e definir todos os serviços que são de responsabilidade da CONTRATADA, bem como determinar a estrutura básica de funcionamento do Complexo Penal. Juntamente com o anexo SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO E DISPONIBILIDADE e o anexo MECANISMO DE PAGAMENTO, este CEC determina exaustivamente as obrigações da CONTRATADA e os principais mecanismos de interação entre CONTRATADA e CONTRATANTE.

A CONTRATADA é obrigada a realizar TODAS as atividades descritas abaixo, exceto quando expressamente excepcionadas e, nos casos omissos, deverá seguir orientação do Diretor Público do Complexo Penal, cujas atribuições estão descritas abaixo. Ainda, no caso de questões omissas o Conselho Consultivo, cujas atribuições estão descritas abaixo, dispõe de poder regulamentar, nos estritos limites das disposições contratuais.

2. Implantação da infra-estrutura

Sem prejuízo de demais serviços necessários à adequada implantação do COMPLEXO PENAL, a CONTRATADA deverá realizar todos os serviços referentes às obras que compõem o objeto do CONTRATO, que se constituem basicamente de:

- Serviços preliminares/administração da obra;
- Adequação do terreno/terraplanagem
- Fundação;
- Estrutura;
- Alvenaria;





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL**

- Cobertura;
- Piso;
- Revestimento;
- Esquadrias;
- Pintura;
- Instalações (de segurança, hidráulica, de esgoto, elétrica, lógica, etc.);
- Desmonte do canteiro de obras e limpeza das instalações;
- Serviços complementares.

A CONTRATADA deverá executar os serviços acima mencionados de modo a garantir a execução das obras de construção civil de todos os equipamentos previstos em sua METODOLOGIA DE EXECUÇÃO, apresentada na fase de habilitação das propostas, em fiel cumprimento às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT aplicáveis. Os equipamentos que devem ser construídos são, pelo menos:

- UNIDADES PENAIIS contendo cada um dos blocos descritos nos CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO;
- Prédios comuns de serviço, quando for o caso;
- Estação de tratamento de esgoto;
- Vias de acesso internas do complexo, a partir do ponto no qual o acesso de que trata o item 17.2 da MINUTA DE CONTRATO termina. O referido ponto é indicado no anexo ao EDITAL PLANTA PLANIALTIMÉTRICA DO TERRENO e as especificações das características da via constam do anexo CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO.
- Outros equipamentos e obras previstos na METODOLOGIA DE EXECUÇÃO apresentada pela CONTRATADA durante a licitação.

É de responsabilidade da CONTRATADA a integralidade dos custos da implantação da infraestrutura, nos termos do CONTRATO, EDITAL e seus anexos.

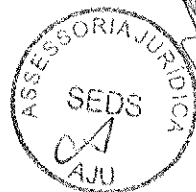




2.1. Diretrizes construtivas

A construção de todos os prédios e obras do COMPLEXO PENAL deve obedecer às disposições legais e regulamentares bem como as normas técnicas vigentes, conforme for o caso, e, em especial:

- a) Todos os materiais, salvo o disposto em contrário, serão fornecidos pela CONTRATADA.
- b) Toda a mão-de-obra, salvo o disposto em contrário, será fornecida pela CONTRATADA.
- c) Serão impugnados pela CONTRATANTE todos os trabalhos que não satisfaçam às condições contratuais, especialmente os que violem a CONCEPÇÃO ARQUITETÔNICA apresentada pela CONTRATADA na METODOLOGIA DE EXECUÇÃO;
- d) Ficará a CONTRATADA obrigada a demolir e a refazer os trabalhos impugnados logo após a oficialização pela CONTRATANTE, ficando por sua conta exclusiva as despesas decorrentes dessas providências;
- e) A CONTRATADA manterá na obra engenheiros, mestres, operários e funcionários administrativos em número e especialização compatíveis com a natureza dos serviços, bem como materiais em quantidades suficientes para a execução dos trabalhos;
- f) A obra terá todas as instalações provisórias necessárias ao seu bom funcionamento, tais como: tapumes, barracões, escritórios, sanitários, redes de energia elétrica e de água etc.;
- g) Será mantido pela CONTRATADA perfeito e ininterrupto serviço de monitoramento nos recintos de trabalho, cabendo-lhe toda a responsabilidade por quaisquer danos decorrentes de negligência durante a execução das obras;
- h) A CONTRATADA deverá realizar sondagens, estudos e ensaios de caracterização do subsolo, de forma a dimensionar adequadamente as escavações, fundações e outros aspectos construtivos decorrentes;





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

- i) Os ensaios e pesquisas para caracterização do subsolo serão norteados pelas normas oficiais e técnicas vigentes;
- j) Apesar de caracterizado pelos ensaios realizados pela CONTRATADA, poderá ocorrer que durante a execução dos serviços a natureza ou comportamento do terreno imponha modificações no tipo de fundação adotado. Nesta hipótese, deverá a CONTRATADA adotar a solução mais conveniente, tomando as providências concernentes às modificações do respectivo projeto, arcando com os respectivos custos. As escavações necessárias à construção de fundações e as que se destinam a obras permanentes deverão ser executadas de modo a não ocasionar danos à vida, à propriedade ou a ambos;
- k) As cavas para fundações serão executadas de acordo com as indicações constantes do projeto de fundações e demais projetos da obra;
- l) A execução dos trabalhos de escavação obedecerá, além do transcrito no presente capítulo, a todas as prescrições da NBR-6122 (NB-51), concernentes ao assunto;
- m) As escavações para execução de blocos e cintas (*baldrames*) circundantes serão levadas a efeito com a utilização de escoramento e esgotamento d'água, se for o caso, de forma a permitir a execução, a céu aberto, daqueles elementos estruturais e respectivas impermeabilizações;
- n) Todas as escavações deverão ser protegidas, quando for o caso, contra a ação da água superficial ou profunda, mediante drenagem, esgotamento ou rebaixamento do lençol freático, a fim de assegurar uma boa execução dos trabalhos;
- o) O preenchimento de escavações em excesso deverá ser feito em concreto de regularização, sendo este ônus de responsabilidade da CONTRATADA;
- p) Os taludes serão executados em conformidade com as características reais do solo em cada ponto da obra, obtidas, quando for o caso, através de ensaios adequados;
- q) Os taludes das escavações deverão ser convenientemente protegidos, durante toda a sua execução, contra os efeitos de erosão interna e superficial;
- r) Caso seja constatada a existência no terreno de antigos aterros, deverão ser realizadas pesquisas geotécnicas para perfeita determinação das características de suporte desse solo,





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

cabendo também à CONTRATADA todas as providências necessárias à correção das deficiências;

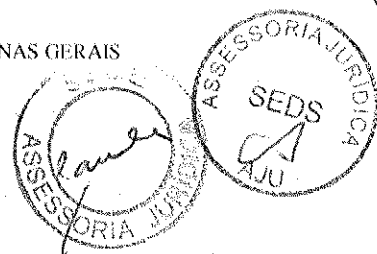
- s) Os trabalhos de aterro e reaterro de cavas de fundações, reservatórios d'água, camada impermeabilizadora, passeios etc. serão executados com materiais adequados aos tipos de serviços a serem executados. Esses materiais deverão ser classificados através de investigações geotécnicas e ensaios de laboratório, que serão orientados no sentido do aproveitamento desses solos nas condições favoráveis, técnica e economicamente;
- t) A limpeza do terreno para a construção compreenderá os serviços de capina, limpeza, roçado, desmatamento, destocamento, retirada da camada vegetal, remoção e queima, de forma a deixar a área livre de raízes, tocos, pedras etc.;
- u) As áreas a serem desmatadas e limpas serão delimitadas pela CONTRATADA de acordo com os desenhos da CONCEPÇÃO ARQUITETÔNICA apresentada, obedecendo às limitações constantes do anexo PLANTA PLANIALTIMÉTRICA DO TERRENO;
- v) Os danos e prejuízos às propriedades alheias produzidos por operações inadequadas na execução da limpeza, ou mesmo erro na deposição dos materiais destinados ao bota-fora, serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA;
- w) A execução das fundações deverá satisfazer às normas da ABNT atinentes ao assunto, especialmente às NBR-6122 (NB-51) e, e aos Códigos e Posturas dos Órgãos Oficiais que jurisdicionem a localidade onde será executada a obra;
- x) As estruturas de concreto, inclusive fundações, deverão obedecer ao disposto na NBR-6118 (NB-1);
- y) Será admitida a adoção de qualquer tipo de sistema construtivo para os estabelecimentos penais, desde que sejam atendidas todas as diretrizes aqui contidas e que se garantam a solidez e segurança da edificação. Assim sendo, dependendo do setor em que estiver situado o módulo e de sua necessidade de segurança, poderá a edificação ser executada em: alvenaria de tijolos, alvenaria de blocos de concreto, alvenaria de concreto armado, concreto armado moldado in loco, concreto armado pré-moldado, concreto armado pré-fabricado, em aço modular etc.;





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

- z) O projeto de telhamento e madeiramento para cobertura obedecerá à NBR-6120 (NB-5) e NBR-6123 (NB-599), no que for aplicável ao caso;
- aa) Nas coberturas, onde forem utilizadas telhas de fibrocimento, autoportantes de alumínio, de aço ou de madeira ondulada, deverão obedecer **RIGOROSAMENTE**, em seus mínimos detalhes, a orientação dos fabricantes;
- bb) A vedação deverá ser efetuada com calafetador que mantenha flexibilidade permanente e apresente aderência e resistência à água e à ação do tempo, ou outro meio que garanta vedação adequada;
- cc) Sob os rufos, ao longo das telhas, haverá sempre o cuidado de se deixar, junto ao paramento vertical, um topo de onda da telha e não uma cava;
- dd) Os serviços de impermeabilização em geral obedecerão às normas da ABNT, especialmente a NB-279, quando cabível;
- ee) O tipo adequado de impermeabilização, bem como o tratamento das fundações, será determinado segundo a solicitação imposta pela água. Essa solicitação poderá ocorrer de três maneiras distintas devendo a CONTRATADA adotar procedimentos especiais de impermeabilização para cada caso: (I) impermeabilização contra água sob pressão; (II) Impermeabilização contra água de percolação; e (III) Impermeabilização contra a umidade do solo;
- ff) As pavimentações e pisos devem ser definidas com base no tipo de uso de cada recinto e devem ser apropriadas às condições de segurança de cada bloco/recinto;
- gg) As esquadrias de madeira ou metálicas devem ser elaboradas com a melhor técnica, de modo a garantir perfeitas condições de uso, devendo, ainda, obedecer, quando cabível, a NBR-7199(NB-226), respeitadas as condições especiais de segurança para esquadrias de recintos nos quais internos estejam contidos, em especial, as celas;
- hh) Para o assentamento de ferragens em geral serão empregados parafusos de boa qualidade, acabamento e dimensões adequadas às das peças que fixarem, devendo aqueles satisfazerem a NB-45, sempre que cabível, obedecidas as condições especiais de segurança de recintos nos quais internos estejam contidos, em especial, as celas;





- ii) Os serviços de vidraçaria serão executados de acordo com a NBR-7199 (NB-226), sempre que cabível, obedecidas as condições especiais de segurança de recintos nos quais internos estejam contidos, em especial, as celas;
- jj) Revestimentos com materiais abrasivos devem ser evitados;
- kk) Os pisos e outros materiais deverão ser laváveis e resistentes, permitindo uma prática e eficiente manutenção e conservação;
- ll) No final da obra, a CONTRATADA deverá remover todas as instalações do acampamento e canteiro de serviço, equipamentos, construções provisórias, detritos e restos de materiais, de modo a entregar as áreas utilizadas totalmente limpas.

3. Gestão do Complexo Penal

A CONTRATADA deverá executar as atividades relacionadas à operação e gestão do COMPLEXO PENAL, em parceria com a CONTRATANTE, nos termos expostos abaixo, bem como nos demais documentos anexos ao EDITAL, em especial no SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO E DISPONIBILIDADE.

3.1. Serviços e atividades assistenciais

A CONTRATADA deverá prestar serviços assistenciais aos sentenciados, consoante as diretrizes e/ou padrões mínimos a seguir estabelecidos.

É de responsabilidade da CONTRATADA a integralidade dos custos dos serviços e atividades assistenciais, referentemente ao seu provimento adequado, quantitativa e qualitativamente, no alcance das suas atribuições.

Os serviços deverão ser prestados de forma a propiciar amplo e total atendimento aos sentenciados de cada UNIDADE PENAL e, ressalvado o disposto em contrário, não poderão ser





interrompidos por ausência ou impedimento dos profissionais contratados e mantidos pela CONTRATADA, incluindo, mas sem se limitar a gozo de férias, enfermidades, afastamentos de qualquer ordem ou por qualquer motivo.

A CONTRATADA deverá estabelecer, no âmbito de cada UNIDADE PENAL, locais e recintos destinados às atividades concernentes aos serviços assistenciais, consistindo sua obrigação mantê-los em condições adequadas à perfeita realização destes.

A CONTRATADA deverá desenvolver as atividades assistenciais de forma a buscar, tanto quanto possível, a ressocialização do sentenciado. Neste sentido deve buscar aplicar as melhores técnicas existentes à época cuja implementação de tais técnicas deverá também ser incorporada nos planos e relatórios onde conceitos e notas serão considerados no cálculo do parâmetro anual de desempenho, consoante descrito no SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO E DISPONIBILIDADE.

3.1.1.Assistência jurídica

A CONTRATADA deverá prestar assistência jurídica aos sentenciados tendo como escopo o suporte aos advogados e defensores públicos que representam os sentenciados cujo cumprimento de pena ocorre em uma das UNIDADES PENALIS sob administração da CONTRATADA. Exclusivamente na hipótese de ser observada, por qualquer motivo, a ausência de defensores públicos ou de advogados constituídos, a assistência jurídica deverá também promover a representação dos interesses legítimos dos sentenciados em âmbito judicial e administrativo.

É de responsabilidade da CONTRATADA a integralidade dos custos do serviço de assistência jurídica, referentemente ao seu provimento adequado, quantitativa e qualitativamente, no alcance das respectivas atribuições.



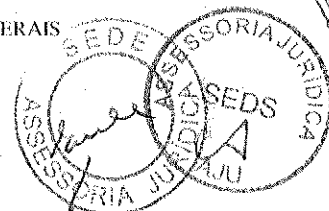


A CONTRATADA deverá, independentemente da existência de advogado ou defensor, garantir que:

- o número médio mínimo de advogados em exercício no bimestre para cada 100 (cem) sentenciados será igual a 0,25 (zero vírgula vinte e cinco);
- para cada UNIDADE PENAL, o tempo médio mínimo de serviços de assistência jurídica efetivamente executado deverá ser de 0,5 h (meia hora) por bimestre por sentenciado;
- para cada UNIDADE PENAL, deverão ser prestados um número médio mínimo de 0,67 (zero vírgula sessenta e sete) atendimentos jurídicos efetivamente prestados por bimestre por sentenciado;
- nenhum sentenciado que cumpra pena em alguma de suas Unidades Penais passe mais que 75 (setenta e cinco) dias sem um atendimento jurídico pela equipe da CONTRATADA. Este atendimento deve representar uma reunião entre o sentenciado (individualmente ou acompanhado de advogado constituído ou defensor público) e membro da equipe jurídica da contratada, em ambiente propício para a realização de um aconselhamento jurídico.

Observado o disposto acima, a assistência jurídica deverá:

- promover a defesa dos legítimos interesses do sentenciado, inclusive representando-o em juízo na hipótese de ausência de defensor público ou advogado constituído, de modo a verificar a legalidade do recolhimento e, conforme o caso, impetrar “habeas corpus”, requerer e acompanhar pedidos de indulto, de comutação de pena e de graça;
- acompanhar requerimentos e pedidos de livramento condicional e progressão de regime, unificação de pena, revisão criminal e interposição de recursos, e atuar perante o juiz da





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

execução penal de forma reiterada, em periodicidade mínima mensal, até que se verifique decisão judicial referentemente ao requerido em favor do sentenciado;

1. Na hipótese de inexistência de advogado constituído ou de defensor público, a atividade de assistência jurídica deverá incluir a representação do sentenciado em juízo para a realização dos pedidos acima mencionados.
- promover diligências relativas ao cálculo e execução da pena, às providências para expedição de alvarás e ao acompanhamento de outras medidas de escopo judicial ou administrativo;
 - promover a defesa dos sentenciados perante o Conselho Disciplinar (“CONDISC”);
 - promover levantamentos processuais para instrução da Comissão Técnica de Classificação (“CTC”);
 - manter o sentenciado informado da respectiva situação jurídica, em especial com relação ao cálculo e execução da pena;
 - garantir agendamento e o efetivo atendimento jurídico ao sentenciado, em número suficiente e adequado, devendo ocorrer, no mínimo, 0,67 (zero vírgula sessenta e sete) atendimentos jurídicos efetivamente prestados por bimestre por sentenciado.

3.1.2. Assistência Educacional, Profissionalizante, Cultural e Recreativa

A CONTRATADA deverá prestar serviços de assistência educacional, profissionalizante, cultural e recreativa a todos os sentenciados que os aceitarem e/ou voluntariamente os solicitarem.





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

As atividades referentes à assistência educacional, profissionalizante, cultural e recreativa deverão abranger, de forma equitativa, no mínimo:

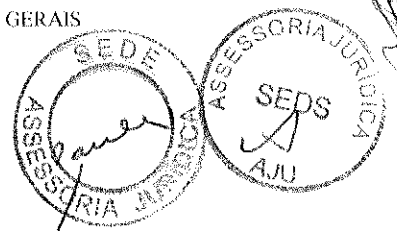
- 1) educação básica: ensino médio e fundamental;
- 2) educação profissional;
- 3) atividades desportivo-recreativas e artístico-culturais.

A assistência educacional, profissionalizante, cultural e recreativa deverá ser ofertada em horários compatíveis com as demais atividades exigidas e/ou propostas ao sentenciado, incluindo, mas sem se limitar às visitas e às atividades laborais, bem como deverá representar possibilidade de efetiva ocupação do tempo livre do sentenciado.

Deverá se basear em metodologias inovadoras, dinâmicas, participativas, consoante a realidade e o perfil dos sentenciados.

É de responsabilidade da CONTRATADA a integralidade dos custos do serviço de assistência educacional, profissionalizante, cultural e recreativa, referentemente ao seu adequado provimento, quantitativa e qualitativamente, no alcance das respectivas atribuições, especialmente aos enumerados a seguir:

1. fornecimento de textos de caráter didático, jornalístico, científico e correlatos;
2. material didático e experimental;
3. insumos e utilidades escolares;
4. ferramental para os cursos que assim o demandarem;
5. serviços de apoio;
6. profissionais especializados e de apoio.





Faculta-se à CONTRATADA, mediante convênio, em que a CONTRATANTE figurará como interveniente-anuente, desenvolver as atividades conjuntamente a órgãos e entidades públicos e/ou privados especializados.

Observadas as disposições legais, regulamentares e de segurança, a CONTRATADA poderá proporcionar, em caráter complementar, alternativas não tradicionais de estudo, como educação não presencial (à distância).

A CONTRATADA deverá manter uma biblioteca em cada UNIDADE PENAL, de modo a satisfazer as demandas acadêmicas dos cursos realizados e apoiar as demais atividades culturais e artísticas. No mínimo, as bibliotecas deverão conter exemplares de livros e/ou periódicos em condições de uso em razão não inferior a 30% (vinte por cento) da população de sentenciados da UNIDADE PENAL.

A CONTRATADA deverá também garantir a incorporação mensal de novos exemplares nas bibliotecas em número não inferior à razão de 1% (dois por cento) da população de sentenciados do COMPLEXO PENAL.

Deverá ser contemplado, ao menos 01 (uma) vez por semana, observadas as condições e orientações de segurança de cada UNIDADE PENAL e do Diretor Público, o serviço de “biblioteca móvel” a cada módulo de sentenciados, como expediente de incentivo à ocupação do tempo livre por parte do sentenciado.

A CONTRATADA deverá manter atualizada a avaliação do nível de escolarização do sentenciado e emitir atestado de frequência escolar.

3.1.2.1. Educação Básica: Ensino Médio e Fundamental





A seleção, contratação e remuneração de professores e demais profissionais de educação é de responsabilidade da CONTRATADA.

A CONTRATADA deverá prestar educação básica aos sentenciados, consoante as normas e orientações legais, regulamentares e de segurança, zelando pela qualidade do ensino e garantindo a condução dos procedimentos necessários para a efetiva formalização, registro e aprovação por parte dos órgãos públicos competentes.

As atividades deverão ser realizadas de forma perene e planejada, obedecendo ao calendário elaborado no ano anterior, constante no respectivo Plano de Assistência Educacional, e que contemple, no mínimo, a carga horária e o conteúdo programático exigidos pela legislação e regulamentação aplicáveis.

Para a prestação das atividades de ensino fundamental e médio a CONTRATADA poderá manter convênios e/ou contratos com instituições públicas e privadas, desde que figure como interveniente-anuente a CONTRATANTE.

3.1.2.2. Educação Profissional

A CONTRATADA deverá prestar aos sentenciados ensino profissional e de capacitação para o trabalho.

A CONTRATADA deverá prestar a educação profissional aos sentenciados, consoante as normas e orientações legais e regulamentares, zelando pela qualidade do ensino e garantindo a condução dos procedimentos necessários para a efetiva formalização, registro e aprovação por parte dos órgãos públicos competentes.





O ensino deverá contemplar especialidades que permitam estreita correspondência com as necessidades, perfil educacional dos sentenciados e requisitos do mercado de trabalho.

É de responsabilidade da CONTRATADA o estabelecimento e a manutenção dos locais de trabalho em condições, número e capacidade adequados à prestação de ensino profissional de qualidade aos sentenciados e à condução dos procedimentos necessários à respectiva e devida formalização e reconhecimento, em observância às orientações das normas aplicáveis.

3.1.2.3. Atividades Desportivo-Recreativas e Artístico-Culturais

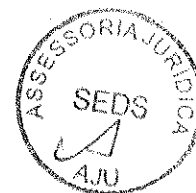
A CONTRATADA deverá conceber, executar e monitorar atividades sócio-culturais, artísticas, desportivas e recreativas, no propósito de permitir a efetiva e adequada ocupação do tempo livre do sentenciado. Tais atividades devem objetivar o desenvolvimento de habilidades de interação social, auto-controle, redução do stress, cooperação e outras correlatas.

As atividades esportivas, recreativas, artísticas e culturais visam ao exercício e ao desenvolvimento de habilidades e competências do sentenciado, especialmente no que se refere à capacidade de reconhecer limitações e de manter o autocontrole de impulsos, e à condição de assumir conseqüências a seus atos próprios, a suas habilidades para estabelecer relações e resolver conflitos, a sua iniciativa, a sua capacidade para o trabalho e para tomar decisões.

3.1.3. Assistência ao Trabalho

A CONTRATADA, observado o disposto em legislação de execução penal e correlata, e sob a fiscalização da CONTRATANTE, será responsável pelo:

- incentivo ao trabalho remunerado dos internos;





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL**

- seleção dos sentenciados para o trabalho, observadas as orientações do DIRETOR PÚBLICO DE SEGURANÇA DO COMPLEXO PENAL e da CTC;
- alocação e/ou retirada dos sentenciados aos/dos postos de trabalho, observadas as orientações da DIRETOR PÚBLICO DE SEGURANÇA DO COMPLEXO PENAL e da CTC;
- manutenção de registro do histórico e da remuneração do trabalho do sentenciado;
- elaboração e/ou revisão do relatório de frequência dos sentenciados para efeito de remuneração;
- garantia da emissão de atestado de trabalho aos sentenciados, para efeito de remição de pena, com base na frequência apurada;
- supervisão dos sentenciados em regime semi-aberto durante a realização de trabalho externo.

É de responsabilidade da CONTRATADA a integralidade dos custos do serviço de assistência ao trabalho, referentemente ao seu provimento adequado, quantitativa e qualitativamente, no alcance das respectivas atribuições.

A CONTRATADA atuará como gestor de todo contrato de trabalho com os sentenciados, bem como figurará em cada um destes contratos como um interveniente-anuente.

3.1.3.1. Configurações do contrato de trabalho dos sentenciados





São possíveis 02 (duas) configurações para o trabalho dos sentenciados, sendo que em ambas a tomadora do trabalho não poderá ser a CONTRATADA, direta ou indiretamente, consoante os termos a seguir:

- **Configuração A:** trabalho preferencialmente de natureza industrial, rural ou agrícola e de serviços, cujo tomador seja uma pessoa jurídica terceira, e que guarde, com a CONTRATADA, independência administrativa, financeira, comercial e societária (TOMADOR). O TOMADOR poderá ser órgão ou ente da esfera pública;
- **Configuração B:** trabalho referente a serviços gerais e de manutenção da UNIDADE PENAL.

Em ambos os casos, sob a fiscalização da CONTRATANTE e do DIRETOR PÚBLICO DE SEGURANÇA DO COMPLEXO PENAL a CONTRATADA será responsável pela prospecção e administração dos postos de trabalho, bem como pela manutenção da ordem e da disciplina, pela higiene e pela segurança laboral e disciplinar.

O prazo da CONTRATANTE para a análise das propostas de trabalho de sentenciados apresentadas a ela pela CONTRATADA é de 1 (um) mês.

3.1.3.1.1. Contrato de trabalho: configuração A

Tratam-se dos postos de trabalho de natureza preferencialmente industrial, rural, agrícola e de serviços.

A alocação de sentenciado bem como a disponibilização de equipamentos, espaço, adaptações necessárias e demais aspectos correlatos ao contrato e à execução do trabalho do sentenciado,





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

referidos postos será formalizada por meio de instrumento jurídico hábil entre a CONTRATANTE e o TOMADOR, sendo necessária prévia anuência da CONTRATADA.

Os custos e despesas decorrentes relacionados ao contrato de trabalho não correrão por parte de CONTRATANTE.

Compete à CONTRATADA a fiscalização da atuação do TOMADOR.

A CONTRATADA deverá garantir a realização, em benefício do sentenciado, e sob a fiscalização da CONTRATANTE, de seguro contra acidentes de trabalho.

A CONTRATADA será responsável por:

- garantir a segurança no trabalho e o correto e satisfatório uso dos equipamentos de proteção individual ("EPI");
- fiscalizar, exigir e garantir que o recolhimento da remuneração e do pecúlio referente ao trabalho do sentenciado seja devidamente efetuado pelo TOMADOR, até as datas preestabelecidas ou até o 5.º (quinto) dia útil de cada mês seguinte ao da execução do trabalho. O recolhimento deverá ser realizado em contas bancárias individuais dos sentenciados, abertas pela CONTRATANTE. Estas contas poderão ser acompanhadas, mas não movimentadas pela CONTRATADA. Com exceção das situações em que o TOMADOR seja controlado pelo Poder Público, não poderá haver, sob nenhuma outra hipótese, fluxo financeiro entre a CONTRATADA e o TOMADOR, sob pena de multas ou caducidade do CONTRATO, nos termos deste;
- manter registros individualizados e atualizados da remuneração e do pecúlio dos sentenciados;





- fiscalizar, exigir e garantir a devida e tempestiva emissão das notas fiscais referentes à aquisição, alienação e movimentação de mercadorias produzidas na UNIDADE PENAL e de insumos e matéria-prima necessários, conforme o caso;
- prever e garantir, considerando aspectos de segurança disciplinar e laboral, a disponibilidade de espaço físico adequado à realização do trabalho, bem como a devida adaptação deste aos equipamentos e instalações de produção que nele forem instalados.

3.1.3.1.2. Contrato de trabalho: configuração B

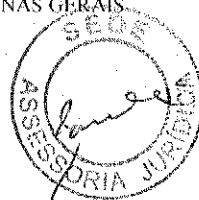
Tratam-se dos postos de trabalho relacionados principalmente à manutenção interna de cada UNIDADE PENAL, incluindo, mas sem se limitar a serviços de panificação, cozinha, lavanderia, limpeza, faxina e serviços gerais.

A alocação de sentenciados em referidos postos será formalizada por meio de instrumento jurídico hábil em que figurem o sentenciado, a CONTRATANTE e a CONTRATADA.

Na configuração B, apesar do local de execução do trabalho poder ser a própria UNIDADE PENAL, em atividades relacionadas com a manutenção desta, a tomadora do trabalho será a CONTRATANTE. Dessa forma, o trabalho estará sendo tomado com o objetivo primeiro da ressocialização do sentenciado, e não propriamente com o objetivo de gerar benefício à CONTRATADA (uma vez que o trabalho pode ser voltado à manutenção da unidade).

Em tal configuração, caberá à CONTRATADA:

- garantir a segurança no trabalho e o correto e satisfatório uso dos equipamentos de proteção individual (“EPI”);





- manter registros individualizados e atualizados da remuneração e do pecúlio dos sentenciados;
- fiscalizar, exigir e garantir a devida e tempestiva emissão das notas fiscais referentes à aquisição, alienação e movimentação de mercadorias produzidas na UNIDADE PENAL e de insumos e matéria-prima necessários, conforme o caso;
- prever e garantir, considerando aspectos de segurança disciplinar e laboral, a disponibilidade de espaço físico adequado à realização do trabalho, bem como a devida adaptação deste aos equipamentos e instalações de produção que nele forem instalados.

3.1.4. Assistência à Saúde

A CONTRATADA deverá atuar com o objetivo de proteger a saúde dos sentenciados propiciando-lhes orientação e atendimento médico adequado e tempestivo, e atuando sempre que possível de forma preventiva.

São de responsabilidade da CONTRATADA a integralidade dos custos do serviço de assistência à saúde, referentemente ao seu provimento adequado, quantitativa e qualitativamente, no alcance das respectivas atribuições.

Compete à CONTRATADA a prestação de primeiros socorros e o atendimento médico de baixa complexidade ao sentenciado.

Os atendimentos médicos de média e alta complexidade são de responsabilidade do Poder Público, por meio do Sistema Único de Saúde, observadas as disposições legais e regulamentares.





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

A prestação, por parte da CONTRATADA, dos serviços médicos aos sentenciados será feita por meio de consultas, prescrição e fornecimento de medicamentos e materiais médico-hospitalares, nos termos do anexo, bem como encaminhamento para consultas especializadas, exames laboratoriais e atendimentos de emergência que não consubstanciem procedimentos de baixa complexidade.

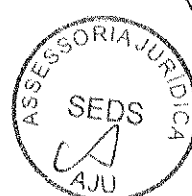
Referentemente aos serviços médicos de média e alta complexidade, a CONTRATADA deverá encaminhar as solicitações pertinentes à SEDS, mediante comunicação formal com a respectiva aprovação endereçada ao DIRETOR PÚBLICO DE SEGURANÇA DO COMPLEXO PENAL, ouvido o SUBDIRETOR PÚBLICO DE SEGURANÇA da respectiva UNIDADE PENAL na qual esteja custodiado o sentenciado, bem como garantir as condições e a disponibilização do sentenciado para se efetive o atendimento a tempo e modo.

Consoante ao disposto neste EDITAL, cabe à SEDS, por sua Superintendência de Coordenação da Guarda Penitenciária, toda e qualquer condução do sentenciado externa à UNIDADE PENAL para atendimento médico.

A equipe de assistência à saúde deverá atuar de forma a prover informações à CTC e considerar e analisar as informações que a CTC possa providenciar, de modo a garantir adequada e tempestiva comunicação e atualização dos registros relativos aos sentenciados.

Constituem-se como parâmetros mínimos de atuação da CONTRATADA:

- contratar e manter, no âmbito de cada UNIDADE PENAL, equipe de saúde constituída por no mínimo:
 - 01 (um) médico clínico geral;
 - 01 (um) enfermeiro;
 - 01 (um) auxiliar de enfermagem;



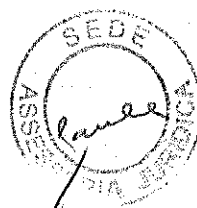


GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

- 01 (um) psicólogo;
 - 01 (um) odontólogo;
 - 01 (um) assistente social;
 - 01 (um) auxiliar de consultório dentário.
- prover, no âmbito de cada UNIDADE PENAL, serviço de assistência à saúde conforme quadro-horário mínimo abaixo:
 - 40 (quarenta) horas de serviço de médico clínico geral por semana;
 - 40 (quarenta) horas de serviço de enfermeiro por semana;
 - 40 horas de serviço de auxiliar de enfermagem;
 - 40 (quarenta) horas de serviço de psicólogos por semana;
 - 40 (quarenta) horas de serviço de assistente social;
 - 20 (vinte) horas de serviço de odontólogo por semana;
 - 20 horas de auxiliar de consultório dentário por semana.

As atividades desempenhadas pelos profissionais de assistência à saúde, na qualidade de membros da CTC, não serão consideradas para o total de horas acima estabelecido.

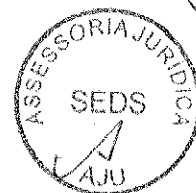
- planejar e agendar atendimentos médicos;
- prover primeiros socorros e atendimento médico de baixa complexidade;
- prover e manter estrutura física e equipamentos necessários à prestação de primeiros socorros e de atendimento médico de baixa complexidade;
- para sentenciados portadores do Vírus HIV, bem como com doenças crônicas e degenerativas, além de prover atendimento de baixa complexidade, acompanhar o atendimento de alta e média complexidade;





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

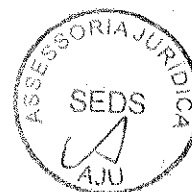
- garantir a higiene e as condições de salubridade na UNIDADE PENAL;
- garantir programas de imunização e providenciar a vacinação dos sentenciados e dos funcionários de cada UNIDADE PENAL;
- prevenir a UNIDADE PENAL da ocorrência de epidemias;
- comunicar ao SUBDIRETOR PÚBLICO DE SEGURANÇA da UNIDADE PENAL os casos de moléstias contagiosas, assim como promover as medidas necessárias para evitar a disseminação e o contágio;
- realizar a coleta de material para exames laboratoriais;
- manter prontuário médico atualizado de cada sentenciado para acompanhamento permanente;
- promover programas de combate às drogas;
- prover, diretamente ou conjuntamente a entidades terceiras especializadas, atividades de recuperação e tratamento do indivíduo dependente químico que possua condição de ser tratado na UNIDADE PENAL;
- garantir a constante atualização e treinamento da equipe de saúde e a participação desta em cursos de atualização promovidos pelo Poder Público;





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

- buscar o estabelecimento de parcerias, acordos ou convênios com instituições especializadas de assistência a saúde, com a finalidade de gerar ganhos de qualidade na prestação dos serviços;
- prestar assistência odontológica, assegurando:
 - o cumprimento de metas de saúde bucal, nos termos legais e regulamentares;
 - a prestação de serviços odontológicos aos sentenciados por meio de consultas, tratamentos, prescrição e fornecimento de medicamentos específicos, consoante listagem anexa a este CADERNO DE ENCARGOS, assim como atendimentos de emergência;
 - a aquisição, manutenção, controle e organização de materiais, equipamentos e medicamentos odontológicos;
 - a realização de palestras e a orientação sobre prevenção de câncer bucal e higiene oral;
 - a concessionária deverá responder por todos os custos de atenção básica à saúde bucal, bem como pelo mínimo da atenção de média complexidade e atendimento de urgência, conforme descrito na Portaria Interministerial nº 1.777 de 09 de setembro de 2003, especificamente o anexo I, item d, Saúde Bucal.
- prestar serviços de assistência psiquiátrica aos sentenciados, assegurando:
 - a execução de tratamento, consulta, reconsulta e a prescrição de medicamentos;
 - a elaboração, manutenção e atualização de prontuário psiquiátrico individualizado.
- prestar serviços de assistência psicológica, assegurando:
 - a manutenção de um prontuário psicológico atualizado de cada sentenciado para acompanhamento permanente;
 - a promoção de atendimento psicológico aos sentenciados, individualmente ou em grupo;
 - a promoção, conjuntamente à equipe de assistência social e conforme a solicitação desta, de atendimento psicossocial a familiares dos sentenciados;





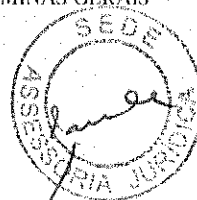
GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

- a realização de exame criminológico, de investigação disciplinar e de perfil psicológico, elaborando boletins informativos, sempre que requisitados pela CTC e/ou pelo DIRETOR PÚBLICO DO COMPLEXO PENAL;
 - o apoio à equipe de assistência educacional, profissionalizante, cultural e recreativa na concepção de atividades voltadas aos sentenciados.
-
- prestar serviços de assistência terapêutica ocupacional garantindo:
 - o estabelecimento de metas específicas de atendimento em grupo e individuais;
 - o desenvolvimento de atividades específicas com sentenciados que sejam pacientes psiquiátricos ou portadores de necessidades especiais.

3.1.5. Assistência Social

A CONTRATADA prestará serviços de assistência social, visando a reintegração social, assegurando:

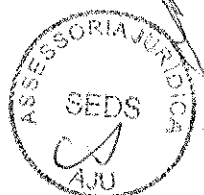
- a promoção de investigação social de afinidade para a emissão de carteira de visita e para encontros íntimos;
- a manutenção de um prontuário atualizado contendo informações sociais relevantes a respeito dos sentenciados e de seus familiares;
- a promoção, o restabelecimento e a preservação do vínculo entre sentenciado e seus familiares, com as diligências de investigação de afinidades necessárias para tanto;
- a expedição de documentação civil por órgãos públicos, em favor do sentenciado e/ou familiares;





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

- a preservação da higidez psicossocial dos sentenciados, com acompanhamento periódico, assistindo-o em suas necessidades sociais;
- a prestação de assistência à família para a realização de matrimônios e registro de filhos;
- a prestação de assistência para a realização de visita à família e para a concessão de encontros conjugais;
- a promoção de levantamentos para instruir a realização de exames criminológicos, de investigações para o CONDISC (inclusive no que se refere a endereços de familiares) bem como de solicitações de escopo judicial;
- a emissão de pareceres, laudos e informações técnicas sobre o sentenciado à família;
- a prestação de assistência social ao sentenciado e à sua família, solicitando, quando necessário, a atuação de psicólogos para atendimento psicossocial a familiares de sentenciados;
- a promoção do registro das ocorrências de cada sentenciado, para acompanhamento de sua progressão;
- a comunicação com ministros e/ou colaboradores religiosos, para a realização de palestras, preleções e liturgias religiosas;
- o acesso de forma ampla e completa dos sentenciados à assistência religiosa que demandarem, observadas as determinações legais e regulamentares;





- a promoção de práticas de semi-liberdade, visando à ressocialização, nos termos legais e regulamentares, especificamente em conformidade com as exigências judiciais, mediante a autorização prévia e expressa do DIRETOR PÚBLICO DE SEGURANÇA DO COMPLEXO PENAL, ouvido o SUBDIRETOR PÚBLICO DE SEGURANÇA da UNIDADE PENAL, e com anuência da CTC;
- o encaminhamento formal do egresso à SEDS ou a quem esta determinar;
- o fornecimento ao egresso, quando de sua soltura, de informações e orientações, conforme determinação da SEDS;
- a elaboração e encaminhamento os Planos e Relatórios conforme o disposto neste EDITAL.

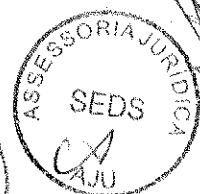
3.1.6. Assistência Material

A CONTRATADA deverá fornecer alimentação e materiais para uso dos sentenciados, bem como local de trabalho e materiais para uso da CONTRATANTE.

3.1.6.1. Assistência material aos sentenciados

A CONTRATADA deverá:

- prover alimentação adequada aos sentenciados, em cada UNIDADE PENAL, composta por 04 (quatro) refeições diárias, a saber, desjejum, almoço, lanche vespertino e jantar. Deverá ser elaborado cardápio, segundo critério nutricional, devidamente aprovado pela SEDS. Na falta de outra manifestação da SEDS nesse sentido, será considerado como cardápio





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

mínimo o apresentado no anexo deste CADERNO DE ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA;

- garantir a qualidade e a higiene referente à alimentação servida em cada UNIDADE PENAL;
- fornecer a cada sentenciado, bem como higienizar em periodicidade semanal ou sempre que se fizer necessário, assim como manter em estoque e proceder à reposição sempre que necessário ou quando da higienização:
 - 02 (dois) cobertores com dimensões mínimas de 140 cm x 190 cm e espessura mínima de 15 (quinze) mm;
 - (01) colchão anti-chama com dimensões mínimas de 188 cm x 78 cm x 8,5 cm;
 - 02 (dois) lençóis com dimensões mínimas de 140 cm x 225 cm;
 - 02 (duas) toalhas de banho com as dimensões mínimas 70 cm x 130 cm;
 - 02 (duas) toalhas de rosto com dimensões mínimas de 40 cm x 60 cm,
- fornecer a cada sentenciado artigos de higiene pessoal, observada a frequência mínima respectiva ou sempre que se fizer necessário:
 - Aparelho de barbear descartável: frequência mensal;
 - Creme dental (42 gramas) com flúor: frequência semanal;
 - Escova de dente: frequência bimestral;
 - Papel higiênico (rolo com 40 m): frequência semanal;
 - Sabão em pedra (200 gramas): frequência quinzenal;
 - Sabonete (90 gramas): frequência semanal.





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

- fornecer a cada sentenciado peças de vestuário obedecendo os padrões estabelecidos pela SEDS (caso existam) no que se refere a modelo, tecido e cor e substituí-los sempre que se fizer necessário:
 - 02 (dois) jogos de peças de vestuário, cada um composto de calça, camisa ou camiseta, jaqueta ou japona, conjunto de inverno (calça e blusão): frequência semestral;
 - 02 (dois) pares de meia: frequência semestral;
 - 04 (quatro) cuecas: frequência semestral;
 - 01(um) par de tênis: frequência anual;
 - 01(um) par de chinelos: frequência anual;
 - 02 (dois) jogos de uniforme esportivo, cada um composto de calção, camiseta, meia e tênis: frequência semestral.
- promover mensalmente o corte de cabelo dos sentenciados, ou em menor prazo, caso se faça necessário;
- fornecer material autorizado para o desenvolvimento de atividades recreativas e desportivas;
- fornecer materiais e medicamentos quando, prescritos e constantes no item 4 deste CADERNO DE ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA, e manter farmácia mínima composta de materiais de enfermagem, laboratoriais, odontológicos, medicamentos básicos e de amplo espectro, tanto para atendimento de urgências e emergências, quanto de uso regular, conforme listagem básica constante deste CADERNO DE ENCARGOS;
- fornecer o material escolar (lápis, caneta, borracha, caderno, papel rascunho, giz e outros que se fizerem necessários), bem como material didático;





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL**

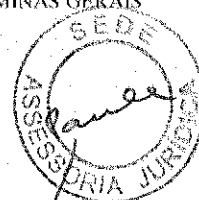
- disponibilizar a cada sentenciado uma cama em um local arejado, salubre, sem mofo, onde ele possa passar no mínimo oito horas ininterruptas à noite, com colchão, travesseiro e roupas de cama em padrões dignos e razoáveis. Também se deve garantir a execução de rotinas operacionais efetivas que possibilitem que tais itens possam permanecer limpos e em boas condições de higiene;
- garantir que em todas as celas ou locais de permanência dos sentenciados possua disponibilidade de iluminação mínima de 200 lux (a 0,85 metros);
- garantir que todos os sentenciado tenham a acesso à:
 - banho de sol, normalmente ao ar livre, durante no mínimo duas hora por dia, tendo a possibilidade de se exercitar, no mínimo, durante esse período;
 - a banho de água com a finalidade de fazer sua higiene pessoal, ao menos uma vez por dia;
 - a instalações sanitárias adequadas durante o dia todo.

3.1.6.2. Assistência material à CONTRATANTE

A CONTRATADA deverá prover condições de trabalho adequadas aos profissionais da CONTRATANTE que trabalhem nas UNIDADES PENAIIS em funções relativas à execução do OBJETO DO CONTRATO, incluindo a disponibilização de local de trabalho para os agentes e servidores da CONTRATANTE, devidamente equipado e em adequadas condições de uso.

3.1.7. Assistência Religiosa

Em consonância com a legislação de execução penal e correlata, e observadas as orientações e normas de segurança, a CONTRATADA deverá permitir a realização de cultos religiosos, os quais serão sempre efetuados em local apropriado. A permissão de entrada de ministros e





representantes religiosos requer autorização concedida pelo DIRETOR PÚBLICO DE SEGURANÇA DO COMPLEXO PENAL, ouvido o SUBDIRETOR PÚBLICO DE SEGURANÇA da UNIDADE PENAL.

A CONTRATADA deverá manter cadastro dos ministros eclesiásticos ou colaboradores religiosos que intentem visitar e/ou tenham visitado a UNIDADE PENAL.

3.2. Serviços e atividades de apoio

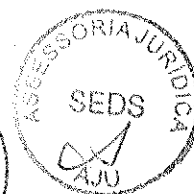
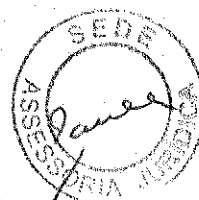
Compete à CONTRATADA organizar e prestar, às suas expensas e responsabilidade, os serviços de apoio referentes às atividades de gestão e operação técnico-administrativa de cada UNIDADE PENAL, assim como dos serviços de monitoramento interno, excetuados expressamente os de segurança externa.

A segurança das barreiras físicas (alambrados, muralha etc.) e guaritas, bem como a segurança externa à UNIDADE PENAL é de responsabilidade da CONTRATANTE, nos termos da legislação vigente.

A manutenção da segurança na área do entorno das UNIDADES PENAS ("ÁREA DE MONITORAMENTO E SEGURANÇA PÚBLICA DO COMPLEXO PENAL") compete igualmente à CONTRATANTE.

A CONTRATANTE é a única responsável pela execução da escolta e transporte dos sentenciados para o externo da UNIDADE PENAL.

3.2.1. Sistema de segurança e serviços de monitoramento interno





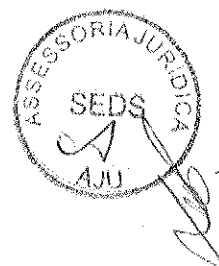
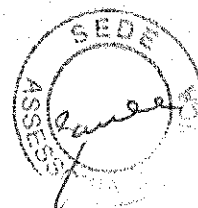
Os serviços de monitoramento interno são de responsabilidade da CONTRATADA. Compreendem a manutenção da guarda e do monitoramento para a custódia e para a segurança dos sentenciados no interior de cada UNIDADE PENAL, e devem ser executados conforme disposições legais e regulamentares, observadas as orientações e determinações do DIRETOR PÚBLICO DE SEGURANÇA DO COMPLEXO PENAL, ouvido o SUBDIRETOR PÚBLICO DE SEGURANÇA da UNIDADE PENAL.

A CONTRATADA deverá manter em seu quadro de profissionais, alocados em cada UNIDADE PENAL, um contingente adequado de Agentes de Monitoramento internos especializados e habilitados a exercerem a monitoramento interno da UNIDADE PENAL.

No mínimo, o contingente de Agentes de Monitoramento internos à UNIDADE PENAL não deverá ser inferior ao apresentado no Plano Anual de Segurança e Monitoramento interno, conforme o item 3.3.2 deste Caderno de Encargos.

Constituem diretrizes mínimas de atuação para a CONTRATADA:

- é terminantemente proibido aos funcionários da CONTRATADA, encarregados do monitoramento, o porte de armas de fogo e/ou armas brancas no interior da UNIDADE PENAL;
- o porte, no interior da UNIDADE PENAL, pelos funcionários da CONTRATADA encarregados do monitoramento, de objetos contundentes, deverá seguir as normas e orientações estabelecidos pela SEDS;
- observadas as disposições legais e regulamentares, será permitido aos funcionários da CONTRATADA encarregados do monitoramento, o porte de tonfas, mediante comprovação de participação em curso de formação e treinamento pertinentes;



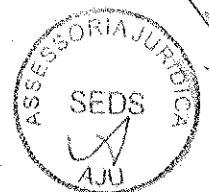


- os funcionários da CONTRATADA encarregados do monitoramento de cada UNIDADE PENAL deverão utilizar uniformes padronizados e aprovados pela SEDS, bem como crachá de identificação;
- a CONTRATADA deverá instalar, manter e operar, consoante as orientações e determinações da CONTRATANTE, Circuito Fechado de Televisão ("CFTV") em cada UNIDADE PENAL. O CFTV deverá permitir a visualização e o acompanhamento em tempo real, bem como a gravação das respectivas imagens, de todas as áreas de cada UNIDADE PENAL, consoante as determinações da SEDS. As imagens geradas deverão ser disponibilizadas, em tempo real, à SEDS ou a quem esta determinar.

3.2.1.1. Portaria

A CONTRATADA deve:

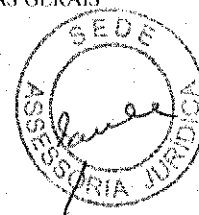
- executar serviços de controle, monitoramento e segurança na portaria interna e externa de cada UNIDADE PENAL;
- executar serviços de recepção, controle e registro de entrada e saída de pessoas autorizadas, mediante a entrega de crachás de identificação e senhas, recolhendo as carteiras de visita com prazo de validade expirado;
- garantir que qualquer pessoa, funcionária ou não, quer da CONTRATADA, quer da CONTRATANTE, cuja entrada seja autorizada à qualquer das UNIDADES PENAS, obrigatoriamente, porte crachá de identificação e tenha seus dados, assim como os referentes a sua entrada e saída, devidamente arquivados nos registros de cada UNIDADE PENAL, e seja submetida aos devidos procedimentos de revista, na entrada e na saída;





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

- realizar revistas de todas as pessoas, veículos e volumes quando da sua entrada e/ou saída da UNIDADE PENAL;
- efetuar revista corporal em mulheres e crianças por Agentes de Monitoramento do sexo feminino;
- no que se refere aos procedimentos de checagem e revista, seguir, no mínimo, as determinações e orientações emanadas da SEDS, bem como submeter-se às auditorias requeridas pela SEDS;
- receber, examinar, avaliar, revistar e registrar correspondências, material de leitura, objetos e demais volumes, especialmente os destinados e/ou expedidos pelo sentenciado, quando do ingresso ou saída da UNIDADE PENAL, encaminhando-os às seções responsáveis pela sua distribuição;
- garantir o monitoramento constante na portaria e a eficácia das revistas e dos procedimentos de checagem do ingresso e saída de todas pessoas, veículos e objetos, a fim de evitar o trânsito na UNIDADE PENAL de quaisquer tipos de bens e/ou produtos não autorizados pela SEDS ou pela legislação e regulamentação pertinentes, bem como de:
 - instrumentos cortantes e/ou perfurantes, armas de qualquer natureza e objetos destinados a jogos de azar;
 - valores, jóias e objetos de valor;
 - equipamentos de telecomunicações, com exceção dos devidamente autorizados.
- recolher, sob recibo, valores, jóias e objetos de valor encaminhando-os ao setor de guarda de bens, de acordo com as normas internas e orientações da CONTRATANTE;



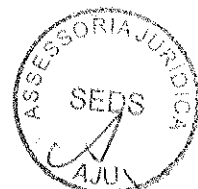


- disponibilizar e operar equipamentos de monitoramento e segurança como, por exemplo, equipamentos de detecção de metais e raios X.

3.2.1.2. Disciplina, controle e inspeção

A CONTRATADA deverá:

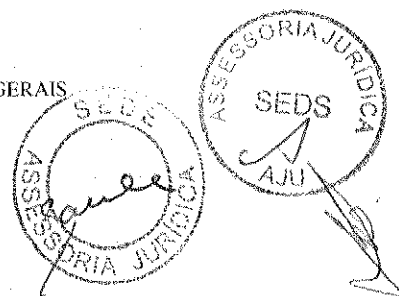
- garantir de forma constante a manutenção da ordem e da disciplina e a segurança no interior da UNIDADE PENAL, inclusive durante os períodos e ocasiões de visitas, observadas as determinações e orientações do DIRETOR PÚBLICO DE SEGURANÇA DO COMPLEXO PENAL, ouvido o SUBDIRETOR PÚBLICO DE SEGURANÇA, e sob a fiscalização da SEDS;
- adotar com presteza todas as medidas de segurança necessárias, registrando-as no boletim diário de ocorrências;
- garantir o monitoramento e a manutenção da ordem durante a prestação dos serviços de assistência à educação, ao trabalho, à saúde e demais serviços;
- promover dentro da UNIDADE PENAL o monitoramento na movimentação de sentenciados;
- promover a adoção de medidas que visem à segurança dos sentenciados nas dependências do estabelecimento;
- garantir o monitoramento e a manutenção da ordem durante as visitas e garantir a segurança dos visitantes;





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

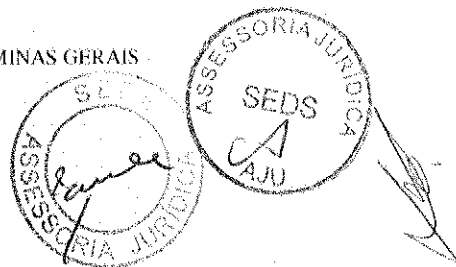
- garantir o monitoramento constante no interior de cada UNIDADE PENAL, de forma a evitar a posse de quaisquer tipos de bens e/ou produtos não autorizados pela SEDS ou pela legislação e regulamentação pertinentes, bem como de:
 - instrumentos cortantes e/ou perfurantes, armas de qualquer natureza e objetos destinados a jogos de azar;
 - valores, jóias e objetos de valor;
 - equipamentos de telecomunicações, com exceção dos devidamente autorizados.
- evitar fugas, rebeliões, motins e tumultos;
- garantir o não-uso da violência contra o sentenciado;
- inspecionar, diariamente, as celas, corredores, e pátios e demais ambientes de circulação dos sentenciados providenciando as medidas necessárias para a segurança e salubridade, assim como a busca e apreensão de materiais não autorizados nos termos legais e regulamentares;
- inspecionar regularmente os demais ambientes, providenciando as medidas necessárias para a segurança e salubridade, assim como a busca e apreensão de materiais não autorizados nos termos legais e regulamentares;
- manter registros de ocorrências que atestem a disciplina do sentenciado;
- garantir e prover o constante treinamento e atualização dos Agentes de Monitoramento, contemplando, inclusive, aspectos referentes à ressocialização do sentenciado;





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

- manter registro e disponibilizar informações, sempre que requisitado pela SEDS ou por outros órgãos e autoridades competentes, sobre os sentenciados e egressos, até 05 (cinco) anos após a respectiva soltura. Findo este período, a CONTRATADA deverá encaminhar os registros à SEDS ou a quem esta determinar;
- manter registro com os dados de identificação e características individuais de cada sentenciado e a sua lotação;
- recolher os sentenciados às suas respectivas celas;
- instruir os sentenciados sobre os seus deveres e obrigações;
- apresentar à apreciação do DIRETOR PÚBLICO DE SEGURANÇA DO COMPLEXO PENAL, bem como ao SUBDIRETOR PÚBLICO DE SEGURANÇA da UNIDADE PENAL, relatório diário sobre a população carcerária, distribuição e alterações ocorridas, e resultados de inspeções efetuadas nas celas, corredores e pátios;
- garantir a distribuição de correspondências, material de leitura e objetos devidamente autorizados aos sentenciados;
- promover o encaminhamento dos sentenciados à execução do asseio e da higiene pessoal;
- recolher as roupas, calçados e objetos de uso pessoal para higienização, guarda e posterior devolução aos sentenciados;





- fazer que sejam observados os horários de despertar, de recolher, das refeições, de estudo, de trabalho e das demais atividades nas saídas das celas, pátios de lazer e outras dependências de cada UNIDADE PENAL.

3.2.2. Infra-estrutura

A CONTRATADA deverá prover investimento e manutenção constantes nos bens móveis e imóveis da UNIDADE PENAL, a fim de mantê-los em condições adequadas de utilização, além de evitar o uso de bens deteriorados ou obsoletos, promover a constante atualização dos equipamentos e sistemas em uso, sejam mecânicos, eletrônicos ou de qualquer outra natureza.

Competirá à CONTRATANTE a realização de vistoria dos bens reversíveis, sendo-lhe facultado reter pagamentos à CONTRATADA, no valor necessário para reparar as irregularidades eventualmente detectadas.

3.2.2.1. Comunicação

Anualmente a CONTRATADA apresentará, como parte integrante do Plano anual de manutenção e atualização da infra-estrutura descritos em item específico deste CADERNO DE ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA, um planejamento de execução voltado às questões referentes à comunicação, observando, no mínimo: 01 (um) aparelho de telefone, 01 (um) aparelho de fax e 01 (um) terminal de acesso à Internet, todos devidamente instalados e em perfeito funcionamento, para cada membro da Diretoria.

3.2.2.2. Sistema de informação

Conforme solicitação da SEDS, a CONTRATADA deverá manter devidamente atualizados os sistemas públicos de informação, especialmente o INFOPEN.



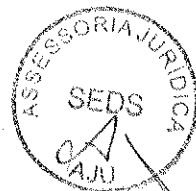
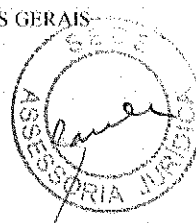


A CONTRATADA deverá manter um sistema de informação computadorizado que registrará os dados dos sentenciados, familiares, funcionários e todas as pessoas que adentrem na UNIDADE PENAL.

A instalação, manutenção e atualização desse sistema, bem como a garantia da segurança dos dados ali armazenados, são de responsabilidade da CONTRATADA.

Mensalmente, a CONTRATADA deverá fornecer à SEDS, em datas predefinidas por esta, uma cópia de todos os dados armazenados neste Sistema. Esta cópia deverá contemplar a atualização de todos os dados até a data de tal entrega. Este sistema deverá conter, no mínimo, as seguintes informações atualizadas:

- PRONTUÁRIO DO SENTENCIADO (conforme definido no item 3.2.2.2.1);
- prontuário dos Agentes de Monitoramento e demais funcionários (conforme definido no item 3.2.2.2);
- registro de dados de identificação e afinidade referentes à entrada e saída de todas as pessoas que ingressarem na UNIDADE PENAL;
- dados detalhados referentes à prestação de assistência material aos sentenciados;
- informações cadastrais dos ministros eclesiásticos ou colaboradores religiosos que visitem a UNIDADE PENAL. Tais informações cadastrais devem conter no mínimo os dados de identificação do ministro e/ou colaborador bem como de sua igreja, entidade ou grupo que represente;





- informações referencias de todos documentos relacionados aos sentenciados, funcionários e pessoas que ingressem na UNIDADE PENAL que estejam e/ou estiveram em poder da CONTRATADA, que permanecem guardados conforme descrito no item 3.2.2.3 referentes aos pertences dos sentenciado que permanecem ou permaneceram em poder da CONTRATADA.

3.2.2.2.1. Prontuário do sentenciado

O PRONTUÁRIO DO SENTENCIADO é formado, no mínimo, pelas seguintes informações:

a. Informações Gerais:

Registros com identidade pessoal (incluindo filiação), identificação biotécnica (a qual deverá incluir exame descritivo e notas cromáticas (cútis e olhos) de traços característicos, marcas, sinais particulares, cicatrizes, tatuagens etc., identificação datiloscópica e de cútis) e fotográfica (de frente e perfil) dos sentenciados, fornecendo cópia aos serviços de segurança e à SEDS sempre que requisitado;

b. Informações Jurídicas:

- artigo referente ao qual o sentenciado está cumprindo pena;
- número de dias de pena já cumprida;
- número de dias de pena a cumprir;
- dados referentes ao atendimento jurídico realizado e agendado;
- dados referentes a pedidos de:
 - “Hábeas Corpus”,
 - indulto,
 - comutação,
 - “graça”,





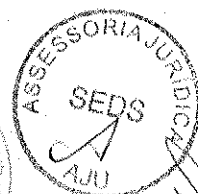
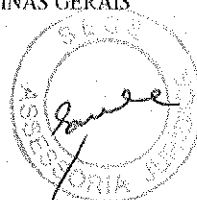
- livramento condicional,
- progressão de regime,
- unificação de pena,
- revisão criminal,
- recursos,
- alvarás.

c. Informações Escolares e Educacionais:

- i. grau de instrução,
- ii. cursos realizados,
- iii. dados referentes à frequência.

d. Informações referentes ao trabalho:

- i. formação Profissional,
- ii. experiência Profissional;
- iii. histórico do trabalho do sentenciado;
- iv. dados referentes à frequência, data de alocação e/ou retirada dos postos de trabalho;
- v. histórico da remuneração do sentenciado;
- vi. histórico de recolhimento do pecúlio, ressarcimento do Estado, bem como seus respectivos saldos atualizados;
- vii. contratos de trabalho, incluindo:
 - configuração do contrato de trabalho (conforme o item 3.1.3.1),
 - vigência do contrato de trabalho,
 - sentenciado(s) que executaram o trabalho,
 - remuneração.





e. Informações referentes à saúde:

- i. dados sobre a realização de ações preventivas, como, por exemplo, vacinações;
- ii. histórico de consultas, diagnósticos, prognósticos, prescrição e fornecimento de medicamentos, encaminhamento para consultas especializadas ou atendimento médico de média e alta complexidade, exames laboratoriais e atendimentos de emergência;
- iii. histórico de acompanhamento e tratamento médico, psiquiátrico, odontológico, psicológico e terapêutico ocupacional.

f. Informações assistência social:

- i. dados referentes à situação social do sentenciado e de seus familiares;
- ii. dados referentes à investigação social de afinidade relacionada aos visitantes;
- iii. histórico dos atendimentos referentes à assistência social;
- iv. histórico de visitas.

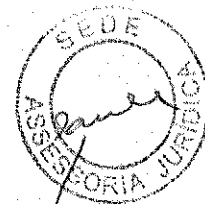
g. Informações disciplinares:

- i. histórico disciplinar do sentenciado.

3.2.2.2.2. Prontuário do Agente de Monitoramento e dos demais funcionários

O Prontuário dos Agentes de Monitoramento e dos demais funcionários é formado por, no mínimo as seguintes informações:

a. Informações Gerais:





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

registros com a identificação biotécnica (a qual deverá incluir identificação relacionada a características biológicas como, por exemplo, identificação datiloscópica e de cútis) e fotográfica dos Agentes de Monitoramento e demais funcionários, fornecendo cópia aos serviços de segurança e à SEDS sempre que requisitado.

b. Informações Escolares e Educacionais:

- i. grau de instrução;
- ii. cursos realizados.

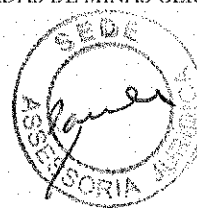
c. Informações referentes à saúde:

- i. dados sobre realização de ações preventivas, como, por exemplo, vacinações;
- ii. histórico de acompanhamento e tratamento, psicológico e/ou psicossocial.

3.2.2.3. Serviços de identificação, documentação, movimentação e guarda de bens e valores

Os serviços de identificação, documentação, movimentação e guarda de bens e valores têm por objetivo:

- o registro e a movimentação dos sentenciados;
- a manutenção dos sistemas de informações incluindo, além dos pontos detalhados a seguir, o atendimento a todas as condições necessárias ao cumprimento das determinações judiciais, do Conselho Penitenciário e do Conselho Disciplinar;
- a manutenção do cadastro da população penitenciária;





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

- a guarda de bens e valores dos sentenciados, visitas e demais pessoas que venham a adentrar nas dependências da UNIDADE PENAL;
- a manutenção dos sistemas de informação sobre o Sistema Penal.

A CONTRATADA deverá:

- manter atualizado o sistema de informação apresentado no item 3.2.2.2 registrando, inclusive:
 - os expedientes e ocorrências relacionados aos sentenciados, anotando qualquer alteração referente à sua situação de execução penal;
 - as ocorrências de transferências, inclusões, exclusões e remoções de sentenciados e outras ocorrências que importem em sua movimentação, apresentações em juízo, encaminhamento às Comarcas, recebimento de correspondências, ocorrências internas e sanções disciplinares;
- Prover e manter registros com a identificação datiloscópica e fotográfica dos sentenciados;
- Manter atualizado o sistema de informação com os fichário dos sentenciados, com identidade pessoal, filiação, exame descritivo e notas cromáticas (cútis e olhos) de traços característicos, marcas, sinais particulares, cicatrizes, tatuagens, etc., com fotografia de frente e perfil, fornecendo cópia aos serviços de segurança e à SEDS sempre que requisitado;
- fornecer à CONTRATANTE ou a quem esta determinar, sempre que solicitado, as informações contidas no sistema de informação apresentado no item 3.2.2.2 bem como nos

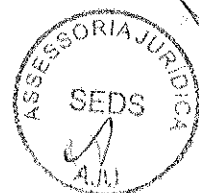




GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

demaís registros e/ou arquivos (impressos ou não) em poder da CONTRATADA referentes aos sentenciados, Agentes de Monitoramento, funcionários, e demais pessoas que adentrarem na UNIDADE PENAL;

- atualizar os PRONTUÁRIOS DOS SENTENCIADOS, de maneira a permitir o acompanhamento da evolução da pena e dos benefícios concedidos;
- referenciar aos prontuários constantes no sistema de informação apresentado no item 3.2.2.2, bem como organizar e guardar os documentos encaminhados pelas demais seções do estabelecimento;
- manter registro atualizado diariamente da população do estabelecimento penitenciário;
- comunicar à direção do estabelecimento penitenciário, para fins de encaminhamento à SEDS das alterações ocorridas na população penitenciária;
- preparar a documentação referente à movimentação e remoção dos sentenciados do estabelecimento às varas de execuções penais, comarcas, delegacias, hospitais e outras transferências, atendendo a solicitações do órgão competente para a devida movimentação;
- arquivar cópias e/ou originais (quando for o caso) de documentos relevantes referentes à execução penal tais como guias de soltura, alvarás etc.;
- preparar atestados, certidões de comportamento carcerário e outros documentos referentes à execução penal direcionando-os, necessariamente, ao SUBDIRETOR PÚBLICO DE SEGURANÇA DA UNIDADE PENAL;

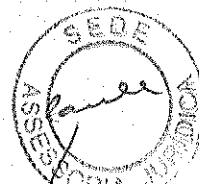




GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

- comunicar ao DIRETOR PÚBLICO DE SEGURANÇA do COMPLEXO PENAL e ao SUBDIRETOR PÚBLICO DE SEGURANÇA DA UNIDADE PENAL a movimentação necessária de sentenciados para que solicite ao Poder Público a escolta de segurança externa;
- adotar as providências necessárias à apresentação de sentenciados às autoridades requisitantes;
- coletar e preparar os dados solicitados pelas demais seções assistenciais ou de segurança, bem como aqueles destinados à instrução de exames classificatórios ou procedimentos disciplinares;
- organizar e manter um sistema de informações, utilizando-se dos meios da informática e processamento de dados, de forma a permitir o fornecimento de informações sobre os prontuários, situação carcerária e procedimentos penitenciários, registro e movimentação de sentenciados;
- alimentar com precisão e manter atualizados os sistemas de informação da CONTRATANTE ou conforme esta o solicitar;
- assessorar e apoiar às reuniões do Conselho Disciplinar e da Comissão Técnica de Classificação (CTC) por meio do preciso e adequado fornecimento de informações;
- recepcionar, registrar e guardar os valores, jóias e objetos de valor, conforme as determinações da SEDS e as normas internas da UNIDADE PENAL.

3.2.2.4. Manutenção e atualização da infra-estrutura





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

A manutenção da infra-estrutura tem como escopo a eficiência das condições de segurança e operação, devendo manter em bom estado físico e funcional os edifícios e recintos, suas instalações, obras de paisagismo e obras complementares.

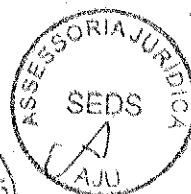
Os critérios e normas técnicas a serem adotados na elaboração e execução da referida manutenção deverão assegurar em todo o momento e pelo período que dure a concessão que o contrato se cumpra e que ao final da concessão se entreguem as obras em condições de serem utilizadas e de proporcionarem a adequada operação e prestação dos serviços.

A CONTRATADA deverá estabelecer um programa anual de manutenção da obra o qual deverá incluir ao menos:

- A política de conservação adotada com sua justificativa técnica;
- Uma quantificação das obras que serão executadas para a conservação dos edifícios e recintos, suas instalações, equipamentos, elementos e obras complementares, incluindo análise dos preços unitários, quantificações e estimativas do custo da mão de obra;
- Cronograma com as operações de manutenção;
- O constante no programa referencial de manutenção da infra-estrutura conforme apresentado no item 3.2.2.4.2.

À CONTRATANTE fica assegurada o direito de:

- Exigir o cumprimento de todas as cláusulas contratuais;





- Solicitar a substituição de qualquer empregado cujo comportamento ou capacidade técnica seja julgada inconveniente.

A fiscalização EFETUADA pela CONTRATANTE não altera ou diminui a responsabilidade da CONTRATADA na execução dos serviços.

3.2.2.4.1. Definições e conceitos referentes à manutenção

Com o objetivo de identificar e padronizar termos que serão utilizados no relacionamento CONTRATANTE/CONTRATADA, os quais visam a atender a conveniência da organização dos serviços de manutenção, fica estabelecida a adoção das seguintes Definições e Conceitos:

- Sistema: é o conjunto de subsistemas, equipamentos, elementos ou materiais ligados fisicamente ou não, os quais desempenham suas funções individuais para contribuir à função fim;
- Função do Sistema: é a atividade fim ou atividade principal para a qual existe o sistema, ou seja, proporcionar segurança aos usuários e patrimônios dos órgãos ocupantes do prédio;
- Manutenção: é o conjunto de atividades exercidas com o objetivo de assegurar plena capacidade e condições de funcionamento contínuo e confiável ao Sistema, não se incluindo nesta denominação serviços de ampliação ou modificação do projeto original;
- Manutenção Preventiva: é o conjunto de ações desenvolvidas sobre o Sistema, com programação mensal antecipada e efetuada dentro de uma periodicidade através de





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

inspeções sistemáticas, detecções e de medidas para evitar falhas, com o objetivo de mantê-lo;

- **Manutenção Corretiva:** é o tipo de manutenção mobilizada após a ocorrência de defeitos ou falhas no funcionamento do Sistema;
- **Programa de Manutenção:** é o plano de trabalho elaborado para cada subsistema ou para cada equipamento componente do subsistema, seguindo determinada metodologia, com discriminação pormenorizada dos serviços de manutenção e suas respectivas etapas, fases, seqüências ou periodicidade e com previsão das atividades de coordenação para execução desses serviços;
- **Defeito:** é anormalidade de um subsistema ou em um equipamento que não impede o desenvolvimento de sua função;
- **Falha:** é anormalidade no subsistema ou num equipamento com interrupção da capacidade de desempenhar sua função;
- **Situação de Emergência:** é a ocorrência de defeitos ou falhas, que resulte na paralisação parcial ou total do funcionamento do sistema. Esta situação demanda manutenção corretiva de emergência, para o imediato retorno do equipamento à função;
- **Ocorrência:** é qualquer acontecimento não previsto na rotina dos Programas de Manutenção Preventiva ou de operação normal;





- Equipe de Manutenção: são profissionais empregados da CONTRATADA, com objetivos de execução direta dos serviços sob a sua responsabilidade. Será constituída por profissionais especificamente especializados nas funções.

3.2.2.4.2. Programa referencial de manutenção da infra-estrutura

O presente programa define o conjunto mínimo de atividades de manutenção da infra-estrutura que deverá ser executada pela Concessionária durante todo o período da concessão.

Exterior dos edifícios

I) Manutenção dos telhados:

- Limpeza e pintura dos telhados, platibandas e beirais, uma vez a cada quatro anos;
- Verificação das juntas e calafetações, uma vez a cada quatro anos;
- Verificação da impermeabilização das lajes de cobertura duas vezes ao ano;
- Limpeza e manutenção das calhas e condutores de águas pluviais uma vez ao ano;
- Limpeza e manutenção dos dutos de ventilação cada dois anos;
- Verificação e eliminação de ferrugem das estruturas e peças metálicas com aplicação da pintura adequada à sua proteção a cada quatro anos.

II) Manutenção das fachadas e muros:

- Limpeza dos muros uma vez ao ano;
- Limpeza das janelas uma vez ao mês;
- Pintura dos muros e fachadas a cada dois anos;
- Verificação do estado do revestimento dos muros e fachadas uma vez ao ano;
- Manutenção das janelas, grades e telas com revisão a cada seis meses.

III) Manutenção dos pisos externos:

